

Demonstrações Contábeis

Previmil Vida e Previdência S. A.

Em 31 de dezembro de 2022

Previmil Vida e Previdência S. A.

Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	2
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Previmil Vida e Previdência S. A. **Relatório da Administração**

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da **Previmil Vida e Previdência S. A.**, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do Parecer do Auditor Atuarial Independente e do RAI - Relatório dos Auditores Independentes.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos: Do lucro líquido apurado são destinados 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal e 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos obrigatórios, de acordo com seu Estatuto Social. O saldo remanescente foi proposto pela Administração a destinação para constituição de reserva de retenção de lucros para incorporação ao patrimônio líquido da Companhia, salvo deliberação em contrário advinda da Assembleia Geral Ordinária.

Negócios Sociais: A Companhia tem como objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de seguros de pessoas e planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda, estando autorizada a operar em todo o território nacional.

Perspectivas Futuras: As políticas vigentes serão continuadas, com ênfase no constante aprimoramento do sistema de controles internos, dos canais de atendimento aos participantes, beneficiários e segurados, e no aperfeiçoamento de empregados e colaboradores.

Continuidade Operacional: As demonstrações contábeis são elaboradas com base na continuidade operacional. Os ativos e passivos são registrados no uso apropriado do pressuposto de continuidade operacional, levando em consideração que a Companhia no curso normal de seus negócios realizará seus ativos e liquidará seus passivos.

Capacidade Financeira: De acordo com as determinações contidas na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, a **Previmil Vida e Previdência S. A.** declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”, quando aplicável.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e administradores da
Previmil Vida e Previdência S. A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Previmil Vida e Previdência S. A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Previmil Vida e Previdência S. A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: *(i)* possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; *(ii)* entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; *(iii)* reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e *(iv)* tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: *(a)* a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; *(b)* a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e *(c)* a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2023

***dns* - Auditoria e Consultoria**

CRC/RJ n° 1.824

Delson Nei Santana

Contador CRC/RJ n° 050.301/O-4



Previmil Vida e Previdência S. A.**Balço patrimonial em**

(Em reais)

A T I V O	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		13.786.943	13.003.569
Disponível		180.398	13.164
Caixa e bancos		180.398	13.164
Créditos das operações com seguros e resseguros		42.653	32.651
Prêmios a receber	2.e; 5 e 6	42.653	32.651
Créditos das operações com previdência complementar		744.228	872.012
Valores a receber	2.f; e 7	744.228	872.012
Títulos e créditos a receber		12.805.459	12.071.470
Títulos e créditos a receber		2.804	-
Créditos tributários e previdenciários	2.m; e 15	510.484	597.398
Assistência financeira à participantes	2.g	12.253.465	11.438.933
Outros créditos	8	38.706	35.139
Despesas antecipadas		14.205	14.272
ATIVO NÃO CIRCULANTE		60.721.061	62.376.376
Realizável a longo prazo		56.913.067	58.324.756
Aplicações	2.d; e 4	8.180.890	12.225.563
Títulos e créditos a receber		48.732.177	46.099.193
Depósitos judiciais e fiscais	9	1.182.853	1.271.713
Assistência financeira à participantes	2.g	47.549.324	44.827.480
Investimentos		284.196	284.196
Participações societárias	10	284.195	284.195
Imóveis destinados a renda	10	1	1
Imobilizado		3.523.798	3.767.424
Imóveis de uso próprio	11	3.323.149	3.452.397
Bens móveis	11	200.649	315.027
Total do ativo		74.508.004	75.379.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Previmil Vida e Previdência S. A.**Balço patrimonial em**

(Em reais)

P A S S I V O	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		17.570.867	20.778.002
Contas a pagar		9.100.821	9.455.867
Obrigações a pagar	12; e 12.a	7.329.413	7.738.592
Impostos e encargos sociais a recolher	13 e 14	1.030.852	1.049.981
Encargos trabalhistas	2.n	597.775	560.335
Impostos e contribuições	2.m; e 15	142.781	106.959
Débitos de operações com previdência complementar		122.218	125.231
Contribuições a restituir		122.218	125.231
Depósitos de terceiros	16	373.254	611.111
Provisões técnicas - seguros		1.217.681	1.308.472
Pessoas	17.a	1.061.691	1.181.337
Vida individual	17.a	155.990	127.135
Provisões técnicas - previdência complementar		6.756.893	9.277.321
Planos bloqueados	18.a	781.316	803.604
Planos não bloqueados	18.a	5.975.577	8.473.717
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		511.845	499.844
Contas a pagar		213.568	248.675
Obrigações a pagar	12; e 12.a	213.568	248.675
Provisões técnicas - previdência complementar		3.553	3.355
Planos não bloqueados	18.a	3.553	3.355
Outros débitos		294.724	247.814
Provisões judiciais	19	294.724	247.814
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.425.292	54.102.099
Capital social	20.a	39.201.204	39.201.204
Reservas de lucros	20.b	17.224.088	14.900.895
Total do passivo		74.508.004	75.379.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Previmil Vida e Previdência S. A.**Demonstração do resultado em**

(Em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Rendas com taxa de gestão e outras taxas		6.500	8.626
Variação de outras provisões técnicas		34.823	117.077
Benefícios retidos	22	(367.441)	2.816.442
Custos de aquisição	22	(296.626)	(317.290)
Outras receitas e despesas operacionais	22	(206.944)	95.251
Prêmios Emitidos		2.940.511	3.023.992
Contribuições para cobertura de riscos		9.391.550	9.109.675
Variação das provisões técnicas de prêmios		329.794	518.551
Prêmios ganhos		12.661.855	12.652.218
Sinistros ocorridos	22	(1.360.335)	(1.830.814)
Custos de aquisição	22	(41.769)	(40.143)
Outras receitas e despesas operacionais	22	(164.391)	954.451
Despesas administrativas	22	(12.684.364)	(12.494.288)
Despesas com tributos	22	(1.660.446)	(1.856.148)
Resultado financeiro	22	12.474.832	12.421.529
Resultado patrimonial	22	735	340
Resultado operacional		8.396.429	12.527.251
Ganhos (perdas) com ativos não correntes		(39.250)	(9.405)
Resultado antes dos impostos e participações		8.357.179	12.517.846
Imposto de renda	14	(1.950.836)	(2.823.585)
Contribuição social	14	(1.233.994)	(1.858.773)
Participações sobre o lucro		(158.325)	(229.215)
Lucro líquido		5.014.024	7.606.273
Quantidade de ações	19.a	24.746.316	24.746.316
Lucro líquido por ação		0,20	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Previmil Vida e Previdência S. A.
Demonstração do resultado abrangente em

(Em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	-	5.014.024	7.606.273
(+/-) Outros resultados abrangentes		-	-
(+/-) Resultados abrangentes de empresas investidas (Quando reconhecidas pela equivalência patrimonial)		-	-
Resultado abrangente do exercício	-	<u>5.014.024</u>	<u>7.606.273</u>
Atribuído a:			
Acionistas controladores	-	<u>5.014.024</u>	<u>7.606.273</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Previmil Vida e Previdência S. A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido em
 (Em reais)

Discriminação	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos anteriores em 01 de janeiro de 2021		39.201.204	13.815.786	-	53.016.990
Proposta para distribuição do lucro Dividendos	20.b.III	-	(3.214.674)	-	(3.214.674)
Resultado do exercício		-	-	7.606.273	7.606.273
Proposta para distribuição do lucro Reserva legal	20.b.I; e V	-	380.314	(380.314)	-
Dividendos	20.b.III; e V	-	-	(1.806.490)	(1.806.490)
Juros sobre capital próprio	20.b.IV; e V	-	-	(1.500.000)	(1.500.000)
Outros (Reserva de retenção de lucros)	20.b.II; e V	-	3.919.469	(3.919.469)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021		39.201.204	14.900.895	-	54.102.099
Mutações do patrimônio líquido		-	1.085.109	-	1.085.109

Saldos anteriores em 01 de janeiro de 2022		39.201.204	14.900.895	-	54.102.099
Resultado do exercício		-	-	5.014.024	5.014.024
Proposta para distribuição do lucro Reserva legal	20.b.I; e V	-	250.701	(250.701)	-
Dividendos	20.b.III; e V	-	-	(1.190.831)	(1.190.831)
Juros sobre capital próprio	20.b.IV; e V	-	-	(1.500.000)	(1.500.000)
Outros (Reserva de retenção de lucros)	20.b.II; e V	-	2.072.492	(2.072.492)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022		39.201.204	17.224.088	-	56.425.292
Mutações do patrimônio líquido		-	2.323.193	-	2.323.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Previmil Vida e Previdência S. A.**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto em**

(Em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		5.014.024	7.606.273
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	2.i; e 11.b	212.828	222.333
Outros ajustes (Baixa do imobilizado por obsolescência)		39.250	9.405
Variação nas contas patrimoniais			
Ativos financeiros	2.d; e 4	4.044.673	8.734.759
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.e; 5 e 6	(10.002)	(20.317)
Créditos das operações de previdência complementar	2.f; e 7	127.784	5.599
Créditos fiscais e previdenciários	2.m; e 15	86.914	(450.466)
Depósitos judiciais e fiscais	9	88.860	54.907
Despesas antecipadas		67	885
Outros ativos	2.g; e 8	(3.542.747)	(3.202.882)
Impostos e contribuições	2.m; e 15	35.822	(1.391.367)
Débitos de operações com previdência complementar		(3.013)	22.406
Depósitos de terceiros	16	(237.857)	(7.340)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	17.a	(90.791)	309.063
Provisões técnicas - previdência complementar	18.a	(2.520.230)	(6.110.028)
Provisões judiciais	19	46.910	(192.404)
Outros passivos	2.n; 12; 13; e 14	(425.975)	975.041
Caixa gerado pelas operações		2.866.517	6.565.867
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.866.517	6.565.867
Atividades de investimento			
Pagamento pela compra:			
Imobilizado	11	(8.452)	(103.709)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(8.452)	(103.709)
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	20.b.V	(2.690.831)	(6.521.164)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(2.690.831)	(6.521.164)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			
		167.234	(59.006)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.164	72.170
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		180.398	13.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Previmil Vida e Previdência S. A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

01. Contexto operacional

A **Previmil Vida e Previdência S. A.** (“Companhia” ou “Seguradora”) é uma Seguradora constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todo território nacional em: **(1) Planos de Previdência Complementar Aberta;** e **(2) Seguros de Pessoas**, realizando as operações de cosseguro com a Alfa Previdência e Vida S. A.

A Sede da Companhia está localizada na Avenida das Américas, 500, Bloco 18, salas 301 e 302, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.

02. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, e foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP.

Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade.

A Administração autorizou, em 17 de fevereiro de 2023, a emissão das demonstrações contábeis.

b) Base para avaliação e moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade requer o uso de certas estimativas contábeis, e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas notas explicativas, a seguir:

- Nota 2.g.2 - Redução ao valor recuperável;
- Nota 2.n - Encargos trabalhistas;
- Nota 17 - Provisões técnicas - Seguros;
- Nota 18 - Provisões técnicas - Previdência complementar;
- Nota 19 - Outros débitos.

d) Aplicações

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros através de reconhecimento inicial sobre as seguintes categorias: **(1)** mensurados a valor justo por meio do resultado, e **(2)** mantidos até o vencimento. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação.

- **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado a valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de aquisição e alienação com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
 - **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade financeira de manter os títulos de dívida pública até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
 - **Redução ao valor recuperável (impairment):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresente indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há evidência que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, com efeito negativo nos fluxos de caixa, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros, reconhecida publicamente pelo mercado, tendências históricas da probabilidade de inadimplência do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente.
- e) Créditos das operações com seguros e resseguros - prêmios a receber**
Reconhecidos na rubrica Prêmios a receber de órgãos averbadores quando da emissão das apólices e/ou ocorrência do risco, o que ocorrer primeiro. O montante pertinente as parcelas mensais vencidas relativos a riscos decorridos e não recebidas, é reconhecido no resultado como provisão de risco de crédito sobre prêmios a receber (Redução ao valor recuperável).
- f) Créditos das operações com previdência complementar - valores a receber**
Reconhecidos na rubrica: **(1)** Consignação de órgãos averbadores quando da emissão dos certificados e/ou ocorrência do risco, o que ocorrer primeiro; e **(2)** Riscos vigentes não recebidos, os valores pertinentes ao montante das contribuições mensais não recebidas até o mês seguinte ao da emissão, permanecendo nesta pelo prazo de sessenta dias, quando então é constituída provisão equivalente a 100% para risco de crédito sobre prêmios a receber (Redução ao valor recuperável).
- g) Títulos e créditos a receber - assistência financeira a participantes**
Reconhecimento: **(1)** Os rendimentos pré-fixados de competência de períodos futuros são registrados em conjunto com o valor principal das operações e demonstrados como redução dos ativos correspondentes na rubrica "Receitas a apropriar", reconhecidos mensalmente no resultado do exercício em função da fluência dos prazos contratuais; e **(2)** Redução ao valor recuperável - constituída com base no volume mensurado através de relatório de estudos técnicos.
- h) Investimentos**
Classificados no Ativo não circulante, constituído por: **(1)** Participações societárias: investimento na Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S. A., reconhecidas pelo valor de aquisição; e **(2)** Imóveis destinados a renda: composto por terrenos rurais, reconhecido pelo menor valor monetário;
- i) Imobilizado**
Os itens que compõem o ativo imobilizado de uso próprio são demonstrados ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e das perdas de redução ao valor recuperável, quando aplicável;
Ganhos e perdas verificados na alienação de itens do imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos advindos da alienação, com o valor contábil do imobilizado, e, são reconhecidos no resultado do exercício, líquidos dos custos de transação;

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade;

Gastos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos;

Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado;

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado mensalmente, através do método linear e de acordo com as seguintes taxas anuais para o exercício corrente e comparativos: 4% imóveis, 10% móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática.

j) **Impairment de ativos não financeiros**

Os valores dos ativos não financeiros, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do exercício, se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

k) **Provisões técnicas**

I - Seguros - Pessoas - Provisão de sinistros a liquidar (PSL) - constituída, mensalmente, para garantir os pagamentos das indenizações de seguro e cosseguro, pendentes, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data base; **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)** - constituída, por estimativa, para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas ainda não foram avisados à Companhia, até a data-base da apuração. Devido ao pouco tempo de experiência, a provisão é calculada através de percentuais, os quais são resultados de estudos da carteira; **Provisão para despesas relacionadas (PDR)** - constituída com objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas com sinistros; **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída mensalmente em função de prêmios a restituir ao segurado; e **Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)** - constituída com base na Circular SUSEP nº 648/2021.

II - Previdência complementar aberta: Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) - constituída durante o período de contribuição para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização; **Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)** - constituída conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021; **Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC)** - constituída durante a fase de benefícios, para garantir o pagamento das rendas vincendas. Corresponde ao valor presente das obrigações futuras; **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)** - corresponde ao total dos benefícios de pecúlios e rendas, vencidos e não pagos aos beneficiários, calculada com base nos avisos recebidos em decorrência de eventos já ocorridos, incluindo atualização mensal, desde a data do evento até a data do pagamento através da variação da FAJ TR, IGP-M e IPC, de acordo com as notas técnicas atuariais dos planos em questão; **Provisão de sinistros a liquidar (PSL) - judiciais** - são reavaliadas mensalmente conforme descrito na Nota 19; **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)** - calculada com base no Triângulo Run Off, conforme nota técnica atuarial; **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - será constituída quando for identificada alguma insuficiência das provisões no Teste de Adequação do Passivo (TAP), conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/2021; **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída com base em: pagamentos pendentes de resgates; planos resgatáveis cancelados, sem solicitação de resgate; e, contribuições descontadas indevidamente. A provisão é atualizada, mensalmente, pela TR; e **Provisão para despesas relacionadas (PDR)** - constituída mensalmente, para cobertura das despesas relacionadas aos pagamentos de benefícios, referentes aos contratos de previdência complementar.

III - Teste de adequação de passivo (TAP)

Esse teste foi elaborado em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações;

Na constituição do fluxo de caixa futuro foram consideradas, para a estimativa dos valores das contribuições e dos benefícios futuros, as taxas originais das tábuas dos planos da Companhia; e, para

a estimativa de morte, a tábua BR-EMS vigente à época do teste. Além disso, adotamos as seguintes premissas: taxa de cancelamento e sinistralidade com base no histórico da Companhia, despesas administrativas e taxa de desconto (ETTJ).

A ETTJ (estrutura a termo de taxa de juros) foi definida mediante o modelo proposto pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para cada indexador de sua obrigação. A partir de 2022, estão sendo utilizadas as curvas geradas pela nova metodologia desenvolvida pela Susep, definidas no Ofício Circular Eletrônico nº1/2022/CGMOP/DIR4/SUSEP, para cupom de IGP-M e cupom de TR, as quais poderão impactar nos fluxos da PPNG, PMBAC e PMBC. Com relação ao cupom de IPCA será mantida a curva estimada pela Anbima.

Após a elaboração do TAP conclui-se que as provisões estão adequadas, tendo em vista que não há insuficiência nos resultados apurados.

IV - Análise de sensibilidade

Foram utilizados para o teste de sensibilidade: o aumento e a redução da taxa de juros em 1,5%; e, aumento de 2% na sinistralidade. Através dos cenários observados, conclui-se que não houve impacto na Companhia. Segue abaixo o quadro demonstrativo da variação ocorrida no resultado.

Eventos / Descrição	Taxa de juros (+1,5%)	Taxa de juros (-1,5%)	Sinistralidade (+2,0%)
Fluxos registrados			
PMBAC	(4.820)	(5.324)	(5.071)
PPNG - Previdência	(589.847)	(560.039)	(573.766)
PPNG - Seguro de Pessoas	(20.772)	(20.141)	(20.023)
PMBC	(263.067)	190.410	(50.276)
Fluxos não registrados			
PPNG - Previdência	(50.500.823)	(51.204.053)	(50.516.880)
PPNG - Seguro de Pessoas	(6.146.141)	(9.189.395)	(6.925.238)

l) Passivos contingentes

São constituídos considerando a opinião dos assessores jurídicos externos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e os posicionamentos dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma admissível saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível e remota não são mensurados e reconhecidos contabilmente, sendo apenas evidenciados em notas explicativas.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados sobre o lucro tributável mensalmente, a alíquota de: I) IR 15%, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável mensal que exceder R\$ 20 mil; e II) CSLL 15% de janeiro a julho de 2022, e 16% no período de agosto a dezembro de 2022, conforme Medida Provisória nº 1.115 de 28/04/2022, promulgada em Lei nº 14.446 de 02/09/2022. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente (é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data base do balanço).

n) Encargos trabalhistas

Constituída pela provisão para férias, mensurada e reconhecida mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos colaboradores, acrescido dos respectivos encargos sociais.

o) Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As contribuições para planos de previdência complementar são reconhecidas como Rendimentos de contribuições e Prêmios e/ou contribuições para cobertura de riscos, quando da emissão dos certificados e/ou ocorrência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros são reconhecidos como Prêmios de seguros - riscos emitidos. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício.

03. Gerenciamento de riscos

Introdução - A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. A seguir são apresentadas informações sobre: a exposição ao risco e como ele surge, os objetivos, políticas, processos para gerenciar os riscos e métodos utilizados para mensurá-los.

Estrutura de gerenciamento de riscos - É adotado o gerenciamento de riscos centralizado na figura do Gestor de Riscos, seguindo os níveis de alçada definidos pela Administração. A aplicação das diretrizes e normas estabelecidas nos processos é exercida pelo Gestor de Riscos apoiado pelos gestores de cada área, baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento, mensuração, controle e mitigação dos riscos.

a) Risco de subscrição

Oriundo de uma situação interna que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição da tábua biométrica e da taxa de juros, quanto na constituição das provisões técnicas, além do cadastramento adequado dos participantes. O monitoramento da carteira de contratos de planos previdenciários permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. O gerenciamento do risco de subscrição é realizado com auxílio dos Departamentos Atuarial, de Produção e pelas Agências supervisionados pelo Gestor de Riscos. O processo engloba a análise do risco de subscrição de acordo com as etapas estabelecidas na Estrutura de Gerenciamento de Riscos. A realização de testes de adequação de passivos e de sensibilidade para cenários projetados permite analisar o impacto das oscilações hipotéticas no resultado da Companhia, de forma a resguardar uma possível mudança no cenário que possa agravar os riscos assumidos.

b) Risco de crédito

Abrange os seguintes riscos: **(1) Assistência Financeira à Participantes:** Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento das parcelas de assistência financeira concedida aos participantes, o que pode ocasionar, conforme o caso, a redução de ganho ou mesmo a perda financeira até o valor das operações contratadas e não liquidadas. A Companhia exerce continuamente a análise das operações, seguindo as políticas determinadas pela Administração. O processo envolve o acompanhamento permanente de todas as etapas até a aprovação da concessão do crédito, por meio da análise dos dados do tomador, com aplicação de mecanismos clássicos de avaliação de riscos de crédito consignado, estruturados em bancos de dados informativos, tendências evolutivas, projeções e análises estatísticas; e **(2) Investimentos:** Pode ocorrer uma possível incapacidade da instituição financeira emitente dos títulos, de honrar seus compromissos com os investidores. Essa situação pode ser causada por problemas financeiros oriundos de uma má administração ou gestão, dificuldades com planos econômicos, etc. O risco de crédito dos títulos públicos federais, em tese, é menor que o risco dos outros ativos financeiros. A Companhia considera esses fatores na escolha dos seguimentos de mercado onde realiza suas aplicações financeiras. O constante monitoramento visa manter as condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e liquidez da carteira. Os investimentos são realizados em instituições financeiras com classificação de riscos de primeira linha, e adota-se avaliação de cenário macroeconômico pela análise dos principais indicadores econômicos projetados.

c) Risco de liquidez

Está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia em saldar os seus compromissos quanto com os sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado através da gestão de ativos e passivos, considerando

principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos. A carteira de investimentos segue as diretrizes emanadas da Administração. O objetivo é equilibrar a liquidez com a otimização da rentabilidade dos ativos e manutenção dos riscos de mercado e de crédito adequados às atividades da Companhia. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência possíveis necessidades de alterações nas estratégias. A seguir demonstramos todos os ativos com perspectiva de liquidez e passivos detidos pela Companhia, classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à época de liquidação dessas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e o período de expiração do risco dos contratos de previdência e apólices de seguros.

Descrição	0 a 3 meses e sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 12 meses	12 a 24 meses	Acima de 24 meses	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa Disponível	180.398	-	-	-	-	180.398
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	8.180.890	8.180.890
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	-	-	8.180.890	8.180.890
Créditos das operações com seguros e resseguros	42.653	-	-	-	-	42.653
Prêmios a receber	42.653	-	-	-	-	42.653
Créditos das operações com previdência complementar	744.228	-	-	-	-	744.228
Valores a receber	744.228	-	-	-	-	744.228
Títulos e créditos a receber	3.047.775	3.095.420	6.110.270	11.812.623	35.736.701	59.802.789
Assistência financeira a participantes	3.047.775	3.095.420	6.110.270	11.812.623	35.736.701	59.802.789
Total dos ativos financeiros	4.015.054	3.095.420	6.110.270	11.812.623	43.917.591	68.950.958
Passivos financeiros						
Contas a pagar	6.097.078	1.512.317	1.491.426	35.107	178.461	9.314.389
Débitos de operações com previdência complementar	122.218	-	-	-	-	122.218
Depósitos de terceiros	373.254	-	-	-	-	373.254
Outros débitos	-	-	-	294.724	-	294.724
Provisões técnicas - pessoas	1.061.691	-	-	-	-	1.061.691
Provisões técnicas - vida individual	155.990	-	-	-	-	155.990
Provisões técnicas - previdência complementar	3.595.072	122.096	3.039.725	3.553	-	6.760.446
Total dos passivos financeiros	11.405.303	1.634.413	4.531.151	333.384	178.461	18.082.712

d) Risco de mercado

O risco de mercado está associado à ocorrência de eventos políticos, econômicos e sistêmicos, nacionais ou internacionais, que possam gerar flutuações ou volatilidade nos preços e nos níveis de taxas de rentabilidade. Esta oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade e perdas à Companhia. A Administração para mitigar eventuais descasamentos de valores e/ou prazos entre seus ativos e passivos, adota o acompanhamento trimestral desse risco, com base em testes de estresse.

e) Risco operacional

Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento do risco operacional é imprescindível para a geração de valor agregado. A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Para mensurar o risco operacional, a Companhia adota como procedimento a identificação dos eventos de perdas decorrentes do risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo, e estabelece reuniões com os gestores, visando ações corretivas e preventivas do risco operacional.

04. Aplicações

Operações com previdência complementar e seguros

I - Resumo da classificação das aplicações financeiras

CATEGORIA	Valores de mercado em 31/12/2022		Taxa de juros contratada	Percentual por categoria	Valores de custo	Resultado não realizado perda ou ganho no período	Parâmetro utilizado
	Faixas de vencimento						
No período	Acima de 365						
Títulos a valor justo por meio do resultado	8.180.890			100,00%	7.250.310	-	
Letras financeiras do tesouro	8.180.890		Selic + taxa nominal	100,00%	7.250.310	-	Custo + Rendimentos
Montante	8.180.890			100,00%	7.250.310	-	
CATEGORIA	Valores de mercado em 31/12/2021		Taxa de juros contratada	Percentual por categoria	Valores de custo	Resultado não realizado perda ou ganho no período	Parâmetro utilizado
	Faixas de vencimento						
No período	Acima de 365						
Títulos a valor justo por meio do resultado	12.225.563			100,00%	11.819.131	-	
Letras financeiras do tesouro	12.225.563		Selic + taxa nominal	100,00%	11.819.131	-	Custo + Rendimentos
Montante	12.225.563			100,00%	11.819.131	-	

II - Resumo da movimentação das aplicações financeiras

Discriminação	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos/Atualizações	Redução ao valor Recuperável	Saldo em 31/12/2022
Valor justo por meio do resultado	12.225.563	10.186.260	(15.576.167)	1.346.722	(1.488)	8.180.890
Letras financeiras do tesouro - LFT	12.225.563	10.186.260	(15.576.167)	1.346.722	(1.488)	8.180.890
Total	12.225.563	10.186.260	(15.576.167)	1.346.722	(1.488)	8.180.890
Discriminação	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos/Atualizações	Redução ao valor Recuperável	Saldo em 31/12/2021
Valor justo por meio do resultado	20.960.322	7.184.220	(16.662.087)	758.360	(15.252)	12.225.563
Letras financeiras do tesouro - LFT	20.960.322	7.184.220	(16.662.087)	758.360	(15.252)	12.225.563
Total	20.960.322	7.184.220	(16.662.087)	758.360	(15.252)	12.225.563

05. Créditos das operações com seguro

a) Constituído pelas rubricas e valores, a saber:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios - riscos vigentes	47.907	41.360
Redução ao valor recuperável	(5.254)	(8.709)
Total	42.653	32.651

b) Movimentação no exercício:

Movimentação dos créditos das operações com seguro	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	32.651	12.334
Prêmios emitidos	458.031	346.808
Imposto sobre operações financeiras s/prêmios emitidos	1.729	1.310
Recebimentos	(450.115)	(324.947)
Cancelamentos e exclusões	(3.088)	(6.661)
Imposto sobre operações financeiras s/cancelamentos e exclusões prêmios emitidos	(11)	(23)
Reversão redução ao valor recuperável	44.185	67.521
Redução ao valor recuperável	(40.729)	(63.691)
Saldo no final do exercício	42.653	32.651

06. Créditos das operações com cosseguo aceitos

a) Constituído pela rubrica e valores, a saber:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios - cosseguos aceitos	-	-
Total	-	-

b) Movimentação no exercício:

Movimentação dos créditos das operações com cosseguo	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	-	-
Prêmios emitidos	2.491.417	2.685.865
Recebimentos	(1.932.466)	(2.086.674)
Despesas administrativas das operações com cosseguo	(554.322)	(597.613)
Cancelamentos e exclusões	(5.849)	(2.020)
Cancelamentos e exclusões das despesas administrativas das operações com cosseguo	1.220	442
Saldo no final do exercício	-	-

07. Créditos das operações com previdência complementar

a) Representado pelas rubricas e valores, a saber:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Consignação de órgãos averbadores	738.128	865.933
Contribuições riscos vigentes não recebidos	188.362	175.129
Redução ao valor recuperável	(182.262)	(169.050)
Total	744.228	872.012

b) Movimentação no exercício:

Movimentação dos créditos das operações com previdência complementar	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	872.012	877.611
Prêmios emitidos	9.560.373	9.452.788
Recebimentos	(9.506.122)	(9.195.018)
Cancelamentos e exclusões	(168.823)	(343.113)
Reversão redução ao valor recuperável	47.342	233.715
Redução ao valor recuperável	(60.554)	(153.971)
Saldo no final do exercício	744.228	872.012

A redução ao valor recuperável de créditos das operações com previdência complementar é calculada conforme a Circular SUSEP nº 648/2021, sobre os créditos vencidos a mais de sessenta dias.

c) Composição - redução ao valor recuperável

Faixas dos créditos vencidos	31/12/2022	31/12/2021
De 061 a 120 dias	5.379	749
De 121 a 180 dias	6.454	607
De 181 a 240 dias	4.293	1.676
De 241 a 300 dias	3.567	1.306
De 301 a 365 dias	21.533	3.877
Superior a 365 dias	141.036	160.835
Total	182.262	169.050

08. Outros Créditos

Representada pelos valores, a saber:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - ativo circulante	38.706	35.139
- Adiantamentos a funcionários	38.706	33.581
- Adiantamentos administrativos	-	277
- Outros créditos	-	1.281

09. Depósitos judiciais e fiscais

Representado pelos depósitos judiciais e/ou recursais, a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais e fiscais	1.182.853	1.271.713
- Ações fiscais	28.650	5.846
- Ações cíveis - relacionadas a benefícios	1.003.423	1.056.941
- Ações cíveis - não relacionadas a benefícios	-	58.146
- Outros depósitos	150.780	150.780

10. Investimentos

Constituído pelas rubricas, a saber:

Discriminação	31/12/2022 Custo/aquisição	31/12/2021 Custo/aquisição
Participações Societárias	284.195	284.195
- Ações DPVAT	284.195	284.195
Imóveis destinados a renda	1	1
- Imóveis rurais	1	1
Total	284.196	284.196

Em 31 de dezembro de 2022 a importância de R\$ 284.195 (R\$ 284.195 em 31/12/2021), corresponde ao investimento na Seguradora Líder S. A., representando 152.760 ações ordinárias nominativas e correspondente a participação de 1,01840% no capital social da seguradora.

11. Imobilizado

Movimentação e composição do saldo em 31/12/2022 e 2021, a saber:

a) Movimentação:

Eventos ocorridos nos exercícios de 2022 e 2021, a saber:

Discriminação	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo	Aquisições (baixas e depreciações)	Saldo	Aquisições (baixas e depreciações)
Imóveis	3.323.149	(129.248)	3.452.397	(129.247)
- Imóveis de uso próprio	3.323.149	(129.248)	3.452.397	(129.247)

Bens móveis	200.649	(114.378)	315.027	1.218
- Equipamentos de informática	105.934	(63.213)	169.147	(49.263)
- Equipamentos de comunicação	-	(6.084)	6.084	2.656
- Equipamentos de refrigeração	27.806	(11.370)	39.176	3.357
- Equipamentos de instalações	-	(7.900)	7.900	(1.299)
- Máquinas, móveis e utensílios	66.909	(25.811)	92.720	45.767
Total	3.523.798	(243.626)	3.767.424	(128.029)

b) Composição do saldo:

Constituído pelas rubricas, a saber:

Discriminação	31/12/2022 Custo/aquisição	Depreciação acumulada	31/12/2021 Custo/aquisição	Depreciação acumulada
Imóveis	4.870.834	(1.547.685)	4.870.834	(1.418.437)
- Imóveis de uso próprio	4.870.834	(1.547.685)	4.870.834	(1.418.437)
Bens Móveis	525.841	(325.192)	1.086.942	(771.915)
- Equipamentos	430.998	(297.258)	903.945	(681.638)
- Máquinas, móveis e utensílios	94.843	(27.934)	182.997	(90.277)
Total	5.396.675	(1.872.877)	5.957.776	(2.190.352)

12. Obrigações a pagar

Constituído pelas rubricas, a saber:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações a pagar - Circulante	7.329.413	7.738.592
- Fornecedores	265.326	216.374
- Aluguéis a pagar	1.542	1.542
- Dividendos mínimos propostos	1.190.831	1.806.490
- Dividendos a pagar	3.302.076	2.850.453
- Juros sobre capital próprio a pagar	1.275.000	1.275.000
- Participação nos lucros a pagar	158.325	229.215
- Salários, honorários e indenizações a pagar	323.239	281.880
- Outras obrigações a pagar - circulante	813.074	1.077.638
- Seguros a pagar	431.230	536.863
- Obrigações a restituir e a repassar	376.559	534.488
- Outras obrigações	5.285	6.287
Obrigações a pagar - não circulante	213.568	248.675
- Outras obrigações a pagar	213.568	248.675

Obrigações a pagar - não circulante

O saldo de R\$ 213.568 (R\$ 248.675 em 31/12/2021) advém da adesão da Companhia ao programa especial de regularização tributária - PERT consolidado em 14/12/2018, face à desistência do processo administrativo da Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

13. Impostos e encargos sociais a recolher

Pertinente a parcelamento de tributos junto a SRF, a saber:

Discriminação	31/12/2022 Representado	31/12/2021 Representado
Impostos e encargos sociais a recolher	1.030.852	1.049.981
- Imposto de renda retido na fonte	334.866	360.585
- Imposto sobre serviços retido	127	106
- Imposto sobre operações financeiras	21.462	29.002
- Contribuições previdenciárias	598.050	586.123
- Contribuições para o FGTS	39.138	37.005
- Parcelamento tributos federais	35.107	35.107
- PERT - Contribuição social sobre o lucro líquido - parcela mensal R\$ 2.926	35.107	35.107
- Outros impostos e encargos sociais	2.102	2.053

14. Inexigibilidade da contribuição social previdenciária

A Companhia figura no polo ativo em ações que discutem a inexigibilidade da contribuição social previdenciária:

(a) Em matéria de auxílios, para suspender e declarar a inexigibilidade da incidência da contribuição, assim como declarar o direito de compensar valores indevidamente recolhidos sobre as verbas: (I) valores pagos referentes aos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente (antes da concessão do auxílio-doença ou auxílio-acidente); (II) o adicional de férias 1/3 (um terço); (III) férias gozadas; e (IV) salário-maternidade; (b) Em matéria de vale transporte e 13º salário, para suspender a exigibilidade da

contribuição e declarar o direito de compensar valores indevidamente recolhidos sobre as verbas: **(I)** valores pagos a título 13º salário e; **(II)** valores pagos a título de vale-transporte fornecido em dinheiro; e **(c)** Onde ocorreu o transito em julgado com relação a matéria indenizatória, para suspender a exigibilidade da contribuição e declarar o direito de compensar valores indevidamente recolhidos sobre os valores pagos a título de adicionais de: **(I)** horas-extras, adicionais noturno, de periculosidade, de insalubridade e de transferência; **(II)** aviso prévio indenizado; e **(III)** respectiva parcela (avo) do 13º décimo terceiro salário proporcional incidente sobre o aviso prévio indenizado. O desfecho dos itens **(a)** e **(b)**, dessas ações encontra-se indefinido, pendente de recursos processuais, com base nos argumentos esposados aliados ao posicionamento jurisprudencial. Os assessores jurídicos externos indicam que a possibilidade de êxito pode ser enquadrada como provável. Diante do provável êxito das ações, a Companhia, desde fevereiro/2014 optou por iniciar a compensação dos valores anteriormente recolhidos sobre as verbas citadas, perfazendo o montante já compensado R\$ 476.366 (R\$ 476.366 em 31/12/2021).

15. Imposto de renda e contribuição social

Demonstrativo da apuração do lucro líquido tributável, a saber:

Cálculo sobre resultado apurado no exercício	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos e participações apurados no exercício	8.357.179	12.517.846
(+) Adições	3.570.233	3.995.475
(-) Exclusões	(3.708.377)	(4.728.661)
(-) Participações sobre o lucro	(158.325)	(229.215)
Lucro líquido tributável no exercício	8.060.710	11.555.445
Contribuição social	1.233.994	1.858.773
Imposto de renda	1.991.178	2.864.861
Incentivo fiscal - PAT (15% despesa com vale refeição)	(40.342)	(41.276)
Imposto de renda	1.950.836	2.823.585

16. Depósitos de terceiros

Saldo constituído, a saber:

Faixas de Recebimento	Cobrança antecipada de prêmios		Outros depósitos		Totais	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
De 001 a 030 dias	151.183	159.643	-	4.304	151.183	163.947
De 031 a 060 dias	2.457	6.649	-	-	2.457	6.649
De 061 a 120 dias	22.233	13.410	-	-	22.233	13.410
De 121 a 180 dias	681	10.024	-	-	681	10.024
De 181 a 365 dias	2.951	8.984	-	433	2.951	9.417
Superior a 365 dias	-	-	193.749	407.664	193.749	407.664
Total	179.505	198.710	193.749	412.401	373.254	611.111

17. Provisões técnicas - seguros de pessoas

a) Cálculo

Elaborado pelo Departamento Atuarial da Companhia com base nas Notas Técnicas que deram origem aos planos de seguros, apresentando a seguinte posição:

Descrição	PSL	PDR	IBNR	PPNG	PVR	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	833.029	1.583	430.510	36.312	7.038	1.308.472
Constituições decorrentes de contribuições	-	-	-	6.181	-	6.181
Aviso de sinistros	997.147	-	-	-	-	997.147
Pagamento de seguros	(971.647)	-	-	-	-	(971.647)
Ajuste de estimativa de sinistros	(120.899)	-	-	-	-	(120.899)
Atualização monetária e juros	71.565	-	-	-	-	71.565
Outras constituições	13.978	781	22.141	-	1.025	37.925
Outras reversões	(77.986)	(654)	(26.807)	-	(5.616)	(111.063)
Saldo em 31/12/2022	745.187	1.710	425.844	42.493	2.447	1.217.681
Descrição	PSL	PDR	IBNR	PPNG	PVR	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	566.532	900	413.704	18.273	-	999.409
Constituições decorrentes de contribuições	-	-	-	18.039	-	18.039
Aviso de sinistros	1.161.496	-	-	-	-	1.161.496
Pagamento de seguros	(918.455)	-	-	-	-	(918.455)
Atualização monetária e juros	95.840	-	-	-	-	95.840
Outras constituições	1.098	1.992	33.450	-	8.064	44.604
Outras reversões	(73.482)	(1.309)	(16.644)	-	(1.026)	(92.461)
Saldo em 31/12/2021	833.029	1.583	430.510	36.312	7.038	1.308.472

b) Cobertura

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Total das provisões técnicas - seguros	1.217.681	1.308.472
Ativos garantidores vinculados à SUSEP		
- Títulos renda fixa - públicos	1.217.681	1.308.472
Total	1.217.681	1.308.472

18. Provisões técnicas - previdência complementar

a) Cálculo

Elaborado pelo Departamento Atuarial da Companhia, com base nas Notas Técnicas que deram origem aos planos de benefícios e com observância às normas legais vigentes, apresentando a seguinte posição:

Descrição	PMBAC	PMBC	PSL	PPNG	PVR	PDR	PCC	IBNR	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	3.355	5.270.477	1.675.887	816.609	305.102	174.722	170.315	864.209	9.280.676
Constituições/reversões decorrentes de contribuições	-	-	-	(122.993)	-	-	-	-	(122.993)
Aviso de sinistros	-	2.464.372	534.379	-	-	-	-	-	2.998.751
Pagamento de benefícios	-	(2.563.528)	(602.200)	-	-	-	-	-	(3.165.728)
Baixa por pagamento	-	-	-	-	-	(28.356)	-	-	(28.356)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	131.200	-	-	-	-	-	131.200
Atualização monetária e juros	226	676.219	96.558	-	8.055	-	-	-	781.058
Outras constituições	23	71.890	123.632	-	7.170	13.189	-	162.316	378.220
Outras reversões	(51)	(2.629.078)	(482.998)	-	(14.994)	(115.783)	(170.315)	(79.163)	(3.492.382)
Saldo em 31/12/2022	3.553	3.290.352	1.476.458	693.616	305.333	43.772	-	947.362	6.760.446
Descrição	PMBAC	PMBC	PSL	PPNG	PVR	PDR	PCC	IBNR	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	3.219	8.970.782	3.745.968	809.108	409.031	157.408	705.390	589.798	15.390.704
Constituições/reversões decorrentes de contribuições	-	-	-	7.501	-	-	-	-	7.501
Aviso de sinistros	-	3.772.145	680.730	-	-	-	-	-	4.452.875
Pagamento de benefícios	-	(4.198.636)	(782.915)	-	-	-	-	-	(4.981.551)
Atualização monetária e juros	94	1.614.309	367.293	-	18.983	-	-	-	2.000.679
Outras constituições	68	1.008	307.894	-	10.737	157.487	-	469.098	946.292
Outras reversões	(26)	(4.889.131)	(2.643.083)	-	(133.649)	(140.173)	(535.075)	(194.687)	(8.535.824)
Saldo em 31/12/2021	3.355	5.270.477	1.675.887	816.609	305.102	174.722	170.315	864.209	9.280.676

b) Cobertura

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Total das provisões técnicas - previdência	6.760.446	9.280.676
Depósitos Judiciais Redutores	1.003.423	1.056.941
Total a garantir - cobertura provisões técnicas	5.757.023	8.223.735
Ativos garantidores vinculados à SUSEP		
- Títulos renda fixa - públicos	8.180.890	12.225.563
Total	8.180.890	12.225.563
Ativos livres - suficiência após garantir a cobertura das provisões técnicas seguros e previdência	1.206.186	2.693.356

19. Outros débitos

- a) **Provisões cíveis** - A Companhia é parte em ações judiciais cíveis as quais estão sendo contestadas. O desfecho dessas ações encontra-se indefinido, pendente de recursos processuais. As estimativas de desfechos e os efeitos financeiros do desembolso para liquidar os processos em andamento foram: *I*) realizados com observância ao disposto na NBC TG 025 (R2); e *II*) lastreados em estudo pormenorizado realizado pelos assessores jurídicos externos, e consubstanciado no histórico de desfechos de decisões judiciais tramitados em julgado sobre causas de semelhante natureza no âmbito da Companhia, na jurisprudência e na existência de sumula de tribunais superiores sobre idênticas questões. A provisão contempla os processos "Não Relacionados a Benefícios", os "Relacionados a Benefícios" estão computados na rubrica Provisões Técnicas de Sinistros a Liquidar, e quando aplicável, os honorários de sucumbência dos processos "Relacionados a Benefícios" são computados nas Provisões Técnicas de Despesas Relacionadas. A quantidade de ações segregadas segundo a sua natureza, probabilidade e perda, apresenta a seguinte situação em 31/12/2022 e 31/12/2021:

Circulante

Provisões relacionadas a benefícios - cíveis	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	1.087.768	1.041.939
- Provisões adicionais	57.926	111.622
- Montantes utilizados (baixas)	(56.740)	-
- Montantes não utilizados (reversão)	(37.621)	(65.793)
No final do exercício	1.051.333	1.087.768

Relacionadas a benefícios						
Probabilidade	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
		Reclamado	Provisão		Reclamado	Provisão
Perda provável	5	257.476	1.051.333	4	304.462	1.087.768
Perda possível	2	170.588	-	1	70.588	-
Perda remota	25	944.874	-	26	775.229	-
Total	32	1.372.938	1.051.333	31	1.150.279	1.087.768

Não circulante

Provisões não relacionadas a benefícios - cíveis			31/12/2022	31/12/2021		
No início do exercício			72.188	195.536		
- Provisões adicionais			180.569	22.054		
- Montantes utilizados (baixas)			(154.110)	(113.678)		
- Montantes não utilizados (reversão)			(7.353)	(31.724)		
No final do exercício			91.294	72.188		
Não relacionadas a benefícios						
Probabilidade	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
		Reclamado	Provisão		Reclamado	Provisão
Perda provável	21	571.119	91.294	19	460.476	72.188
Perda possível	6	87.711	-	9	105.019	-
Perda remota	133	4.560.637	-	145	5.464.757	-
Total	160	5.219.467	91.294	173	6.030.252	72.188

- b) **Provisões fiscais** - Contempla as ações fiscais onde a Companhia figura no polo passivo, as quais estão sendo contestadas. O desfecho dessas ações encontra-se indefinido, pendente de recursos processuais.

Não circulante

Provisões fiscais			31/12/2022	31/12/2021		
No início do exercício			5.846	7.902		
- Provisões adicionais			22.804	-		
- Montantes não utilizados (reversão)			-	(2.072)		
- Encargos financeiros			-	16		
No final do exercício			28.650	5.846		
Provisões fiscais						
Probabilidade	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
		Reclamado	Provisão		Reclamado	Provisão
Perda provável	2	28.650	28.650	1	5.846	5.846
Perda remota	8	7.478.778	-	8	7.478.778	-
Total	10	7.507.428	28.650	9	7.484.624	5.846

Em 16/01/2017 a Companhia recebeu autos de infração de tributos federais, processo nº 10872-720.014/2017-94 da Receita Federal do Brasil, sendo constituído pretensão crédito tributário de R\$ 6.791.250, com impugnação ao procedimento administrativo em 15/02/2017. Em 29/09/2017 a Companhia obteve êxito em primeira instância conforme decisão proferida no acórdão nº 07-40.762, que julgou procedente a impugnação cancelando a autuação fiscal. Todavia, devido ao auto de infração ter valor superior a R\$ 1.000.000, o processo foi remetido ao CARF para “reexame obrigatório”, mesmo com decisão favorável à Companhia na primeira instância. Desde março/2022 o processo vem sendo pautado para o julgamento em segunda instância, mas, por causa da greve dos auditores fiscais, tem sido retirado de pauta por falta de quórum. A portaria do ministério da fazenda nº 2/2023 aumentou o valor de alçada para conhecimento de recurso de ofício que agora ultrapassa o valor do crédito exonerado, razão pela qual deve ser inadmitido o recurso de ofício e mantida a decisão já proferida de exoneração do crédito tributário favorável a Companhia.

- c) **Provisões trabalhistas**

A Companhia é parte em ação trabalhista, as quais estão sendo contestadas. O desfecho da ação encontra-se indefinido, pendente de recursos processuais.

Não circulante

Provisões trabalhistas			31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício			-	-
- Provisões adicionais			5.000	-
No final do exercício			5.000	-

Provisões trabalhistas						
Probabilidade	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
		Reclamado	Provisão		Reclamado	Provisão
Perda provável	1	73.406	5.000	-	-	-
Perda remota	-	-	-	1	73.406	-
Total	1	73.406	5.000	1	73.406	-

d) Outras provisões

Nesta rubrica estão contemplados os processos administrativos nos quais a Companhia figura no polo ativo e passivo. O desfecho dessas ações encontra-se indefinido, pendente de recursos processuais.

Não circulante

Provisões administrativas - Polo Passivo		31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício		19.000	86.000
- Provisões adicionais		-	15.900
- Montantes utilizados (baixas)		-	(66.925)
- Montantes não utilizados (reversão)		-	(15.975)
No final do exercício		19.000	19.000

Provisões Administrativas						
Probabilidade	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
		Reclamado	Provisão		Reclamado	Provisão
Perda possível	1	19.000	19.000	1	19.000	19.000
Total	1	19.000	19.000	1	19.000	19.000

Não circulante

Provisões - Polo Ativo		31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício		150.780	150.780
- Provisões adicionais		-	-
No final do exercício		150.780	150.780

Provisões Polo Ativo						
Probabilidade	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
		Reclamado	Provisão		Reclamado	Provisão
Perda possível	1	150.780	150.780	1	150.780	150.780
Total	1	150.780	150.780	1	150.780	150.780

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 24.746.316 (24.746.316 em 31/12/2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, quando houver, após a dedução da Reserva Legal. Os dividendos são registrados contabilmente no Passivo Circulante na rubrica Dividendos Propostos, quando sua distribuição é proposta pela Administração, e desta, transferidos para a rubrica Dividendos a Pagar, quando deliberado em Assembleia Geral Ordinária;

b) Reservas de lucros

Saldo constituído, a saber:

Rubricas / Eventos	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de legal	2.797.079	2.546.378
Reserva de retenção de lucros	14.427.009	12.354.517
Total	17.224.088	14.900.895

I - Reserva legal

Constituída a razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades Anônimas, limitada a de 20% do Capital social.

II - Outras reservas de lucros

Constituída pela rubrica Reserva de retenção de lucros, a ser utilizada para futuro aumento de capital,

podendo ter outra destinação, conforme deliberação em Assembleia Geral, limitada ao valor do Capital Social, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

III - Dividendos

Aos acionistas é assegurado estatutariamente dividendos mínimos obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado, após a dedução da Reserva Legal. Os dividendos quando propostos pela Administração são reconhecidos inicialmente na rubrica Dividendos propostos, no Passivo circulante, e quando deliberado em Assembleia Geral, transferidos desta para a rubrica Dividendos a pagar.

IV - Juros sobre capital próprio (JCP)

Nas Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizadas em 29/12/2022 e 30/12/2021, foi deliberado pelo pagamento de juros sobre capital próprio - JCP, apurado com base na variação da taxa de juros a longo prazo - TJLP, para os correspondentes exercícios, aplicadas sobre o montante do patrimônio líquido ajustado, sendo destinado o montante de R\$ 1.500.000 e R\$ 1.500.000, respectivamente. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, os montantes foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresentados como destinação do resultado líquido do exercício.

V - Destinação do resultado do exercício

A seguir demonstrado os cálculos da proposta de destinação do resultado em 31/12/2022 e 31/12/2021:

Rubricas/Eventos	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	5.014.024	7.606.273
Proposta de distribuição do lucro líquido		
<i>Reserva legal (5%)</i>	<i>(250.701)</i>	<i>(380.314)</i>
<i>Dividendos mínimos propostos (25%)</i>	<i>(1.190.831)</i>	<i>(1.806.490)</i>
<i>Juros sobre o capital próprio</i>	<i>(1.500.000)</i>	<i>(1.500.000)</i>
<i>Constituição de reserva de lucros</i>	<i>(2.072.492)</i>	<i>(3.919.469)</i>
Lucro líquido distribuído	(5.014.024)	(7.606.273)

21. Patrimônio líquido ajustado - PLA e capital mínimo requerido - CMR

A seguir demonstramos o PLA e o CMR calculados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes nas respectivas datas de levantamento das demonstrações contábeis.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Resolução CNSP n° 432/21 e alterações	Resolução CNSP n° 432/21 e alterações
Patrimônio líquido	56.425.292	54.102.099
Ajustes contábeis	(298.401)	(298.468)
- Participações societárias – financeiras	(284.195)	(284.195)
- Despesas antecipadas	(14.205)	(14.272)
- Imóveis de renda rurais	(1)	(1)
Ajustes Associados às Variações dos Valores Econômicos	2.197.696	1.341.826
- Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	1.843.856	964.193
- Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	353.840	377.633
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(1.456.518)	(1.815.071)
- PLA nível 2 + PLA nível 3 (-) 50% CMR	(701.258)	(663.531)
- PLA nível 3 (-) 15% CMR	1.456.518	1.815.071
- Excesso de PLA nível 2 + PLA nível 3	(1.456.518)	(1.815.071)
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (total)	56.868.069	53.330.386
- PLA nível 1	52.803.742	50.351.235
- PLA nível 2	2.197.696	1.341.826
- PLA nível 3	3.323.149	3.452.397
Capital base	8.100.000	8.100.000
Capital de risco total	12.444.207	10.915.506
Capital de risco baseado no risco de crédito - CRCRED	3.795.200	3.612.383
Capital de risco baseado no risco de subscrição - CRSUBS	1.446.029	1.599.189
Capital de risco baseado no risco operacional - CROPER	30.827	30.322
Capital de Risco baseado no Risco de Mercado - CRMERC	10.258.029	8.636.984
Redução de correlação de riscos	(3.085.878)	(2.963.372)
Capital mínimo requerido - CMR	12.444.207	10.915.506
Suficiência de capital (PLA - CMR)	44.423.862	42.414.880

22. Detalhamento das contas do resultado

Considerando a relevância de seus saldos, detalhamos as rubricas de resultado a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios retidos	(367.441)	2.816.442
Administrativos	(339.139)	2.862.271
Judiciais	(28.302)	(45.829)
Sinistros ocorridos	(1.360.335)	(1.830.814)
Indenizações avisadas - seguros direto	(102.618)	(213.273)
Indenizações avisadas - cosseguros aceitos	(875.486)	(980.587)
Despesas com benefícios - administrativos	(303.744)	(345.738)
Variação da provisão de IBNR - seguros direto	(22.133)	(31.543)
Variação da provisão de IBNR - cosseguros aceitos	26.799	14.738
Variação da provisão de IBNR - previdência complementar	(83.153)	(274.411)
Custos de aquisição - operações com seguros	(41.769)	(40.143)
Comissões sobre prêmios - seguro direto	(10.712)	(6.602)
Comissões sobre prêmios - cosseguros aceitos	(31.057)	(33.541)
Outras receitas e despesas operacionais - operações com seguros	(164.391)	954.451
Outras receitas operacionais	404.190	1.586.025
- Receita com regulação de sinistros	360.005	1.466.368
- Outras receitas operacionais - consórcio DPVAT	-	52.136
- Reversões de redução ao valor recuperável para recebíveis	44.185	67.521
Outras despesas operacionais	(568.581)	(631.574)
- Despesas com cobrança - seguro direto	(5.807)	(3.667)
- Despesas com administração de apólices - cosseguros aceitos	(497.188)	(536.776)
- Despesas com redução ao valor recuperável para recebíveis	(40.729)	(63.691)
- Outras despesas operacionais - cosseguros aceitos	(24.857)	(26.854)
- Despesas diversas - seguro direto	-	(586)
Custos de aquisição - operações com previdência	(296.626)	(317.290)
Corretagem	(17.127)	(18.341)
Custeamento de vendas	(279.499)	(297.513)
Outros custos de aquisição	-	(1.436)
Despesas administrativas	(12.684.364)	(12.494.288)
Pessoal próprio	(9.130.373)	(8.897.183)
Serviços de terceiros	(2.102.641)	(1.869.292)
Localização e funcionamento	(1.189.781)	(1.386.975)
Publicidade e propaganda	-	(10.264)
Publicações	(5.081)	(93.944)
Donativos e contribuições	(123.640)	(110.080)
Outras despesas administrativas	(132.848)	(126.550)
Despesas com tributos	(1.660.446)	(1.856.148)
Impostos	(83.208)	(79.753)
Contribuições	(1.267.072)	(1.502.171)
Taxa de fiscalização	(310.156)	(272.198)
Outros tributos	(10)	(2.026)
Receitas financeiras	19.054.794	20.182.566
Títulos de renda fixa - públicos	1.346.722	758.360
Receitas com empréstimos	17.329.724	19.252.675
Outras receitas financeiras	378.348	171.531
- Receitas com créditos tributários	38.824	173
- Receitas financeiras consórcio DPVAT	-	17.968
- Receitas com depósitos judiciais	1.095	1.906
- Outras receitas financeiras	338.429	151.484
Despesas financeiras	(6.579.962)	(7.761.037)
Despesas financeiras com renda fixa	(1.488)	(15.252)
Provisões técnicas operações de seguros	(71.565)	(95.840)
Provisões técnicas - previdência complementar	(781.058)	(2.000.679)
Outras despesas financeiras	(5.725.851)	(5.649.266)
- Encargos sobre tributos	(14.304)	(33.142)
- Assistência financeira	(4.772.695)	(4.841.617)
- Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	(5.840)	(4.502)
- Financeiras eventuais	(933.012)	(770.005)
Resultado patrimonial	735	340
Receitas patrimoniais	735	340
- Dividendos e rendimentos	735	340
Outras receitas e despesas operacionais - operações com previdência	(206.944)	95.251
Outras receitas operacionais	61.983	287.176
- Reversões de provisões contingenciais	7.353	49.771
- Reversões de redução ao valor recuperável para recebíveis	47.342	233.715
- Reversão da PLR	3.868	2.010
- Outras reversões	-	1.261
- Outras receitas operacionais	3.420	419
Outras despesas operacionais	(268.927)	(191.925)
- Despesas com redução ao valor recuperável para recebíveis	(60.554)	(153.971)
- Despesas com provisões contingenciais	(208.373)	(37.954)

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022. Adriana Carvalho Moreira Maciel - **Diretora**; Geísa Villares de Oliveira - **Diretora**; Carlos José Monteiro Chaves - **Diretor**; Gustavo de Oliveira Monteiro Chaves - **Diretor**; Humberto Velloso Martins Junior - **Contador CRC/RJ nº 094.355/O-8**; Cristiane Frazão Lobo - **Atuária MIBA nº 985**.



AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE 2022 PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Fevereiro de 2023

MIRADOR 0278/2023

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

*Aos Acionistas e Administradores da
Previmil Vida e Previdência S.A.*

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **Previmil Vida e Previdência S.A.** (a seguir denominada “Companhia”), em **31 de dezembro de 2022**, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de

risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **Previmil Vida e Previdência S.A.** em **31 de dezembro de 2022** foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2023.



Sérgio Rangel Guimarães

Atuário Auditor Independente - MIBA 0743
CPF 467563020/00

SERGIO RANGEL
GUIMARAES:46756302000

Assinado de forma digital por SERGIO
RANGEL GUIMARAES:46756302000
Dados: 2023.02.17 10:46:05 -03'00'

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

CIBA 84
CNPJ: 04.941.624/0001-64
Rua General Câmara, 230/701, Porto Alegre, RS, 90010-230
mirador360.com.br